

DOI: 10.30612/frh.v24i44.17248

INFORMANTES NATIVOS E OS LIMITES DO DOMÍNIO PORTUGUÊS NO BRASIL COLONIAL TARDIO¹

Native informants and the limits of Portuguese dominion in
late-colonial Brazil

Los informantes nativos y los límites de la dominación
portuguesa en el Brasil colonial tardío

Hal Langfur

Doutor em História pela University of Texas at Austin (UT Austin)

Professor Associado da University at Buffalo (SUNY)

Buffalo, New York, Estados Unidos

hlangfur@buffalo.edu

<https://orcid.org/0000-0003-2544-521X>

¹ Texto submetido para tradução e publicação na *Fronteiras: Revista de História*. Originalmente publicado como capítulo de coletânea. Ver: LANGFUR, Hal. Native Informants and the Limits of Portuguese Dominion in Late-Colonial Brazil. In. RADDING, Cynthia; ROJO, Danna Levin (ed.). *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World*. New York: Oxford University Press, 2019, p. 209-234.

* Tradução: Vanessa Rodrigues Valério

** Revisão: Hal Langfur, Carmen Margarida Oliveira Alveal e Fernando Perli

Resumo

Ao longo de sua história colonial, grande parte do território escassamente povoado da América portuguesa não foi completamente colonizado, principalmente a província de indígenas autônomos e semiautônomos. Em uma mudança de política após 1750, cujas implicações permanecem mal compreendidas, a Coroa portuguesa intensificou os esforços para controlar as muitas fronteiras internas do Brasil. Este artigo foca em uma dessas regiões, as serras íngremes que separam as capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Explorando as relações entre o estado transatlântico centralizador de Portugal e os povos indígenas da região, o texto enfatiza a importância da informação sobre o território coletada junto aos Coroados, Coropós e outros indígenas por oficiais que lideraram uma expedição militar para conter o fluxo de contrabando de ouro e diamantes. No artigo, argumenta-se que os ocupantes indígenas dessa região estratégica definiram, em grande parte, os limites do poder do Estado enquanto asseguravam sua própria sobrevivência e independência.

Palavras-chave: Brasil Colonial. Rio de Janeiro. Minas Gerais. Coroados. Coropós. Guias Indígenas. Terras Fronteiriças. Formação do Estado. Contrabando. Mineração.

Abstract

Throughout its colonial history, much of Portuguese America's sparsely populated territory remained incompletely colonized, the province of autonomous and semiautonomous Indians. In a policy shift after 1750, the implications of which remain poorly understood, the Portuguese Crown intensified efforts to control Brazil's many inland frontiers. This article focuses on one of these regions, the rugged mountains separating the captaincies of Rio de Janeiro and Minas Gerais. Exploring relations between Portugal's centralizing transatlantic state and the zone's indigenous peoples, it emphasizes the importance of territorial intelligence gathered from the Coroados, Coropós, and other Indians by officials who dispatched a military expedition to counter the flow of contraband gold and diamonds. The article argues that the indigenous occupants of this strategic region largely defined the limits of state power while securing their own survival and independence.

Keywords: Colonial Brazil. Rio de Janeiro. Minas Gerais. Coroados. Coropós. Wilderness Guides. Frontiers and Borderlands. State Formation. Contraband. Mining.

Resumen

A lo largo de su historia colonial, gran parte del territorio escasamente poblado de la América portuguesa no fue totalmente colonizado, especialmente la provincia de los pueblos indígenas autónomos y semiautónomos. En un cambio de política posterior a 1750, cuyas implicaciones siguen sin comprenderse bien, la Corona portuguesa intensificó sus esfuerzos por controlar las numerosas fronteras internas de Brasil. Este artículo se centra en una de esas regiones, las escarpadas cadenas montañosas que separan las capitanías de Rio de Janeiro y Minas Gerais. Explorando las relaciones entre el Estado transatlántico centralizador de Portugal y los pueblos indígenas de la región, el texto destaca la importancia de la información sobre el territorio obtenida de los Coroados, Coropós y otros indígenas por los oficiales que dirigieron una expedición militar para frenar el flujo de contrabando de oro y diamantes. El artículo sostiene que los ocupantes indígenas de esta región estratégica definieron en gran medida los límites del poder estatal al tiempo que garantizaban su propia supervivencia e independencia.

Palabras clave: Brasil colonial. Rio de Janeiro. Minas Gerais. Coroados. Coropós. Guías Indígenas. Tierras Fronterizas. Formación de Estados. Contrabando. Minería.

Quando a Coroa portuguesa assinou o Tratado de Madri, em 1750, foram estabelecidas as fronteiras sul americanas com o Império espanhol que correspondem, em grande parte, com as atuais fronteiras do Brasil. Disputas territoriais colocaram em primeiro plano ambições expansionistas subsequentes – por exemplo, na região do rio da Prata e na Guiana Francesa –, mas esses conflitos podem desviar a atenção do fato de que a luta pelo domínio soberano na América portuguesa tornou-se, em sua maioria, um assunto interno. A fronteira interimperial delimitava uma colônia com numerosas áreas ainda fora do alcance efetivo de Lisboa. Enclaves colonizados bem consolidados, onde prevaleciam a autoridade do Estado e uma economia de mercado sujeita a impostos efetivos, representavam uma porção comparativamente pequena ao vasto e desigual domínio colonizado do Brasil. Parte significativa de seu espaço escassamente povoado permaneceu fragmentada e não totalmente incorporada, regiões não apenas de indígenas independentes, mas também de escravos fugidos, criminosos, fazendeiros e pequenos agricultores mestiços de subsistência, descendentes de indígenas, africanos e europeus. Em uma mudança de política articulada, ainda mal compreendida, a Coroa redobrou seus esforços no final do século XVIII para controlar essas muitas áreas periféricas. Além da região sudeste, outras zonas alvo de incorporação incluíam, mas não se limitavam ao interior de São Paulo, leste de Minas Gerais, sul da Bahia, Goiás e partes da bacia Amazônica.² Para medir a importância das fronteiras e limites coloniais do Brasil, em suma, é necessário abandonar a noção de um perímetro protonacional dentro do qual a autoridade real domina e dá maior ênfase a essas regiões do interior. Os espaços que separavam os assentamentos – as fronteiras internas da colônia – tiveram mais importância do que geralmente se reconhece para definir a América portuguesa.

Circunstâncias semelhantes prevaleceram nas Américas. Ao longo da era colonial, povos nativos autônomos e semiautônomos controlaram enormes extensões de território reivindicadas pelos monarcas Bourbon da Espanha. Os historiadores da América espanhola começaram a sintetizar e sistematizar essa realidade histórica, integrando os estudos regionais em obras mais abrangentes. Observando que “no final dos anos 1700, indígenas independentes ainda detinham domínio efetivo sobre pelo menos metade do atual território do que hoje é a América Latina”, David Weber (2005, p. 12, 85), por exemplo, distinguiu entre fronteiras estratégicas e internas. Localizadas entre rivais imperiais, as fronteiras estratégicas davam a alguns nativos “maior

² Ver: (METCALF, 1992); (LANGFUR, 2006); (KARASCH, 2005); (BARICKMAN, 1995); (ROLLER, 2014).

influência” porque podiam “jogar uma potência contra a outra”. As fronteiras internas, como o termo indica, situam-se dentro do domínio imperial consolidado, colocando indígenas não incorporados contra uma única potência europeia intrusa ou, em certos casos, promovendo a colaboração entre eles. O que Weber escreveu sobre a América espanhola – que essas muitas fronteiras “tinham mais em comum umas com as outras do que com as regiões centrais coloniais com as quais geralmente as associamos” – aplica-se igualmente à América portuguesa (WEBER, p. 85).³ No entanto, no Brasil, o intenso interesse acadêmico nos povos nativos como sujeitos de pesquisa histórica, e não antropológica, é um fenômeno comparativamente recente, o que ajuda a explicar o porquê dos estudos abrangentes se provarem mais elusivos.⁴ Estudar um esforço frustrado de colonização de uma zona específica contribui para o estudo histórico dos povos indígenas no Brasil.

Do ponto de vista geopolítico, provavelmente a mais importante das fronteiras internas da América portuguesa, depois de 1750, ficava não muito longe ao norte da capital colonial, Rio de Janeiro. Densamente arborizado e montanhoso, esse território dividia ou unia, conforme a perspectiva, as duas mais dinâmicas capitanias do sudeste brasileiro. A capitania do Rio de Janeiro, com o mesmo nome da cidade que mais crescia no Brasil e principal entreposto comercial, tornou-se o lar da corte vice-real depois de 1763. Imediatamente ao norte, a capitania de Minas Gerais, o famoso distrito mineiro do Brasil, de onde as riquezas minerais fluíam para o mundo atlântico, amadureceu e se tornou a região mais populosa da colônia durante esse período. Entre essas capitanias, uma escarpa costeira acidentada serviu por muito tempo aos propósitos reais, criando um ambiente perigoso para colonizadores desacostumados com sua flora e fauna tropicais e inquietos com seus ocupantes nativos itinerantes. As autoridades coloniais há muito consideravam esse sertão montanhoso um impedimento para viagens não supervisionadas para dentro e fora do distrito de mineração. Na década de 1780, no entanto, à medida que as preocupações com o contrabando se intensificavam, a Coroa passou a ver sua própria falta de domínio sobre a área como algo não mais tolerável.

³ De acordo com Philip D. Curtin (2002, p. 12), “nem um quarto do território das Américas era realmente governado por europeus”. Ver também: (BUSHNELL, 2002, p. 19-21); (HERZOG, 2015, p. 7). Observe que, à medida que a expansão territorial ibérica avançava, o “sentido e a extensão” das fronteiras internas e externas “eram constantemente reelaborados”, tomando as distinções entre elas instáveis.

⁴ Algumas contribuições que apontam para tal síntese, ver: (HEMMING, 1977); (HEMMING, 1987); (HERZOG, 2014); (HERZOG, 2015); (LANGFUR, 2014); (CUNHA, 1992); (SALOMON; SCHWARTZ, 1999). Sobre o tardio interesse acadêmico pela história indígena brasileira, ver: (LANGFUR, 2014).

Este texto explora as interações entre agentes do estado imperial português e habitantes indígenas da floresta, incluindo os Coroados, Coropó e Puri, que continuaram a ocupar esta região apesar de dois séculos de contato desestabilizador com colonos que marcaram a história desta fronteira interna. Avaliar a importância das informações – algumas confiáveis, outras não – coletadas desses indígenas por oficiais que, em 1786, realizaram uma operação militar considerável na área, é fundamental para entender a natureza dessas relações coloniais. As autoridades planejavam, assim, estancar o fluxo de ouro e diamantes contrabandeados que passavam da zona de mineração através das montanhas costeiras para contrabandistas marítimos. Pretendiam realizar uma rápida operação para capturar um infame vilão, Manoel Henriques, conhecido como Mão de Luva. Em relatos romantizados, Mão de Luva assumiu os atributos de um Robin Hood português. Estudiosos interpretaram a operação de prendê-lo, principalmente, como um episódio pitoresco da história regional de Minas Gerais, que culminou com a prisão do contrabandista por soldados em uma operação surpresa coordenada do norte pelo governador da capitania.⁵

Do sul, uma operação muito mais significativa, porém amplamente negligenciada, ocorreu sob o comando do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra. Ninguém menos que Martinho Melo e Castro, reformador imperial, secretário colonial, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar e primeiro-ministro de Portugal, planejou os principais elementos da missão de Lisboa, enquanto o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa dirigiu a operação da capital colonial.⁶ Oficial do exército experiente, Coimbra conduziu seus soldados até as montanhas inóspitas que se elevam a mais de dois mil metros ao norte do Rio de Janeiro. O vice-rei colocou mais de quatrocentos soldados à sua disposição, incluindo soldados assalariados, auxiliares e carregadores escravizados. Tentando sincronizar seus movimentos com as tropas despachadas de Minas Gerais, a força foi encarregada de encerrar a operação de garimpo ilícito e contrabando, estabelecendo a autoridade soberana do monarca. A Coroa praticamente não exercia controle sobre a área, apesar de sua proximidade com a capital e sua localização estratégica. Segundo o primeiro-ministro, esse território não incorporado, que sangrava as riquezas minerais desviadas do tesouro real, colocava em risco a

⁵ Sobre Mão de Luva e o ataque encenado de Minas Gerais, ver: (CARVALHO, 1951); (DIAS, 1953); (VASCONCELOS, 1974); (CASTRO, 1987); (SOUSA, 1980); (ANASTASIA, 2005); (OLIVEIRA, 2008); (GOMES, 2004); (LAMAS, 2013). Para uma visão geral dessa historiografia, ver: (OLIVEIRA, 2008, p. 36-43).

⁶ Martinho Melo e Castro serviu como secretário ultramarino de 1770 a 1795 e como primeiro ministro de Portugal de 1785 a 1786. Luís de Vasconcelos e Sousa serviu como vice-rei de 1778 a 1790.

própria força do império (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 5; doc. 52; doc. 127, parágrafo 15-16; doc. 151); (ANRJ, FNP, cód. 68, vol. 4, fols. 187-225v).⁷

Este episódio sugere que os ocupantes indígenas dessas áreas exerciam uma importante influência, porém subestimada, na formação das capacidades e restrições ultramarinas de Portugal. De particular importância foi o domínio indígena do conhecimento local (Figura 1), incluindo informações sobre operações de mineração clandestinas, rotas florestais e atividades de contrabando. A experiência nativa nesses assuntos, bem como as percepções oficiais das capacidades indígenas, podiam promover ou impedir projetos imperiais vitais. Dessa forma, as fronteiras internas do Brasil tornaram-se um campo de testes para as capacidades do Estado, expondo fragilidades que em áreas mais centrais permaneciam veladas. Durante a segunda metade do século XVIII, a Coroa esforçou-se fortemente para afirmar o domínio sobre as franjas territoriais internas da colônia, assumindo uma presença mais ativa no interior do que os historiadores geralmente reconhecem. Mas, no processo, a autoridade real também se tornou extremamente maleável. Dependia da colaboração de povos nativos e outros na posse precária das terras nas quais os emissários do Estado se aventuravam. Forçado a confiar em informantes indígenas elusivos, o tenente-coronel Coimbra, no final comandando um posto avançado isolado, sem muito para mostrar por seu esforço, acabou suspeito de delitos, desiludido e crítico de seus superiores. Ele levou esse fiasco para o lado pessoal. No entanto, como demonstra uma análise minuciosa de sua missão, algo maior estava em ação quando os funcionários encarregados da expansão territorial se viram envolvidos em negociações com os habitantes do sertão. O resultado inglório da expedição tornou-se uma medida não apenas da excessiva pretensão imperial, mas também das tendências nativas de engajar, redirecionar e, às vezes, pacificar as ambições territoriais portuguesas.

⁷ Para a saída da expedição do Rio de Janeiro, 8 de maio de 1786, ver: Coimbra para o vice-rei, Vila de Santo Antonio de Sá [dias atuais Cachoeiras de Macacu], 10 de maio de 1786, Correspondências e documentos relativos às Novas Minas de Macacu, do Rio de Janeiro, do qual era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Sousa, 1786-[17]90. Em decorrência de grande parte dos documentos analisados neste artigo estarem disponíveis na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil (BNRJ), Seção de Manuscritos, serão referidos a seguir pelas siglas CDRNMM, BNRJ, SM. A maior parte das fontes que documentam a expedição é encontrada no códice, o primeiro de cinco, catalogado como códs. 9, 3, 17-21. Cada volume cobre a atividade de um único ano nas serras. O primeiro também contém muita correspondência preliminar e legislação real relevante de anos anteriores, começando em 1730, mas concentrando-se no período após 1760, quando os primeiros relatos das quadrilhas de contrabando chamaram a atenção das autoridades reais. Cópias desta correspondência podem ser encontradas também em Correspondência do vice-reinado para a corte, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil (ANRJ), Fundo Negócios de Portugal. Para registros dos expedicionários colocados à disposição de Coimbra e dos presentes na véspera da chegada da missão ao seu destino, ver: “Relação da tropa que se deve aprontar a ordem do Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Vice Rei”, ca. março de 1786; “Mapa das prasad de tropa paga e auxiliar e mais pessoas q. se achão debaixo do comando do Tenente Coronel Manoel Soares Coimbra”, 22 de julho de 1786. Para a preocupação do primeiro-ministro sobre a crescente ameaça à soberania real nesta zona, ver: O secretário ultramarino para o vice-rei, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 8 de janeiro de 1785.



Figura 1: DEBRET, Jean-Baptiste. *Cabocle: indien civilise*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834 (Litografia)⁸
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Universidade de São Paulo
Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3676>

Indígenas de natureza incerta

Coimbra não foi à procura dos indígenas; eles o encontraram. Mitos de longa data sobre a inimizade inveterada dos povos nativos, logo além da fronteira da ocupação costeira, foram rapidamente dissipados, mas também, qualquer esperança de sua fácil subordinação. Os povos indígenas que viviam na fronteira entre as capitânicas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro não se encaixavam facilmente nas categorias ou expectativas coloniais padrão. Eles não eram totalmente nômades nem se estabeleciam permanentemente em um só lugar. Eram adeptos da floresta e experientes em lidar com colonizadores. Mantinham muitas de suas práticas antigas, mas estocavam seus acampamentos com produtos manufaturados importados. Alguns falavam português; outros não. Alguns haviam sido batizados; a maioria não. Em vez de trilhar o caminho da acomodação progressiva com a sociedade colonial, alguns pareciam seguir uma trajetória inversa que os levava de volta à floresta após um período de intenso contato com os missionários no passado. Os nativos das regiões montanhosas apareciam a Coimbra e aos seus soldados sem avisar e desapareciam sem explicação. Eles não respeitavam os limites da capitania, as linhas jurisdicionais e a soberania da Coroa que o tenente-coronel impunha. Poderiam ser informantes valiosos sobre o contrabando e um risco para qualquer um que depositasse neles sua total confiança. Enquanto se preparava para sua expedição, Coimbra foi forçado a considerar rumores sobre possíveis ataques indígenas. Quando a operação foi concluída, ele acabou sendo acusado

⁸ Famosos por suas habilidades de caça e conhecimento do sertão, os povos nativos que habitavam a região ao norte do Rio de Janeiro enfrentavam intensa pressão do estado transatlântico português na segunda metade do século XVIII. Uma longa história de contato com colonizadores costeiros significava que esses índios não se encaixavam facilmente nas categorias padrão. A legenda original para esta litografia do artista francês Jean-Baptiste Debret os rotulou de forma depreciativa, como “caboclos [ou] índios civilizados”.

de conspirar com os mesmos indígenas em seu próprio esquema de contrabando. As ambiguidades de sua experiência nos dizem muito sobre os desafios distintos que as autoridades enfrentavam quando tentavam controlar o território ocupado por grupos nativos, que afirmavam sua independência apesar das interações de longa data com a sociedade colonial.

No âmbito da política indígena da Coroa, a chamada Lei da Liberdade e Diretório dos Índios da década de 1750, que originalmente visava os índios amazônicos já aldeados em missões jesuíticas, teve um significado diferente ao longo da fronteira interna entre o sudeste de Minas Gerais e o Rio de Janeiro. As aspirações paternalistas da política da Coroa impeliram Coimbra a ser cauteloso e conciliador. Suas interações diretas revelaram que os indígenas da região eram receptivos a certas trocas. Eram competentes agricultores de subsistência e ávidos por receber presentes. Encaixavam-se desconfortavelmente na descrição dos indígenas “vivendo nas trevas da ignorância”, longe da influência colonial, que serviu como uma justificativa escrita na legislação real para agressões contínuas em outros lugares (NETO, 1988, p. 161-162, 165-203).⁹

Tais circunstâncias ajudam a esclarecer a razão dos estudiosos apenas começarem a entender esses tipos de contato. Até muito recentemente, historiadores e antropólogos desvalorizavam o estudo de grupos nativos cuja experiência de colonialismo não os deixou totalmente autônomos nem totalmente integrados aos enclaves de colonização. No Brasil, como em outros lugares, estudiosos lentamente reconheceram que as primeiras buscas por um ponto de vista nativo intocado, não adulterado pelo contato com intrusos, tinha pouco a ver com a indeterminação de muitos encontros de fronteira. O termo “indígenas coloniais”, em vez de um oxímoro, talvez descreva melhor a condição dos povos de descendência indígena que atravessaram histórias do tipo que caracterizaram esta fronteira.¹⁰ Sua presença e resiliência são cada vez mais reconhecidas como uma constante ao longo do período colonial. Residiam ou interagiam com aldeias missionárias estabelecidas ao longo da costa e no interior. Juntaram-se a milícias formadas para combater adversários franceses, holandeses e indígenas, e tornaram-se refugiados reunidos, bem como soldados destacados, contra comunidades de escravos fugitivos. Entraram nas cidades e aldeias das zonas mineiras do interior, formando populações minoritárias.¹¹ Seu conhecimento das florestas, montanhas, savanas e hidrovias há muito tem sido

⁹ Sobre a importação dessas leis na Amazônia, ver: (ALMEIDA, 1997); (DOMINGUES, 2000). Sobre como essas medidas foram contornadas pelo governador de Minas em outras áreas ocupadas pelos povos nativos, ver: (LANGFUR, 2006, p. 61-67).

¹⁰ Para uma discussão mais detalhada, ver: (MONTEIRO, 2001); (MONTEIRO, 2019); (LANGFUR, 2014).

¹¹ Dentre o crescente grupo de estudiosos preocupados com esses indígenas coloniais, ver: (SALOMON; SCHWARTZ, 1999); (METCALF, 2006); (ALMEIDA, 2002); (SOMMER, 2000); (ROLLER, 2014); (NAZZARI, 2001, p. 497-524); (VAINFAS, 2008); (SCHWARTZ; LANGFUR, 2005, p. 81-114); (RESENDE; LANGFUR, 2008, p. 79-103).

entendido como um facilitador dos primeiros esforços de exploração e missões de escravização no interior (HOLANDA, 1957; MONTEIRO, 1994). No entanto, somente recentemente os historiadores começaram a apreciar a importância constante de tal expertise durante o último século do domínio português (DOMINGUES, 2000; SAFIER, 2008; ROLLER, 2012).

A região montanhosa fronteiriça da capitania, para a qual a expedição de Coimbra marchou, fornecia refúgio inconstante para dois grupos nativos que conheciam bem o sertão. Os Coropó e os Coroado demonstravam que, às vezes, podiam subverter, às vezes apoiar e às vezes até inspirar projetos imperiais. Podemos supor que eles assim faziam não porque eram tolos ingênuos, colaboradores de visão limitada ou conspiradores traiçoeiros, mas principalmente porque eram pragmáticos, buscavam garantir seu bem-estar individual e comunitário de acordo com sua própria lógica e contingências. Em muitos casos, seus objetivos permaneciam ambíguos porque suas ações e supostas intenções chegaram até nós através do filtro de fontes oficiais. O certo é que, a área por eles ocupada, embora no limite das capacidades jurisdicionais das duas administrações das capitanias, não escapou aos efeitos da expansão colonial. Dada a proximidade da zona à costa, pode-se supor que ondas de varíola, sarampo e outros contágios espalharam seus estragos já no século XVI, quando as doenças epidêmicas atingiram o litoral pela primeira vez.¹² A partir do século XVII, e possivelmente antes, as pressões dos colonos que gradualmente subiam os vales dos rios da região reverberavam no interior. De acordo com alguns relatos, os Goitacá, ao serem deslocados, haviam conquistado os Coropó e Coroado destas serras. Segundo outros relatos, esses mesmos grupos eram fragmentos ou “misturas” dos Goitacá. Mais para o interior, no final da década de 1750, com a intensificação da busca por terras auríferas e agrícolas no sudeste de Minas, esses indígenas lutaram contra a aniquilação, no que um dos observadores mais respeitados da época descreveu como uma “guerra bárbara e sanguinolenta” (COUTINHO, 1794); (LAMEGO, 1913-1943); (LAMAS, 2013); (MERCADANTE, 1973). Nas décadas seguintes, eles responderam às incursões dos colonos com uma combinação de resistência, engajamento estratégico e fuga. Ao norte, os Coropó e Coroado também enfrentaram a concorrência dos índios seminômades Puri e Botocudo, tidos como antropofágicos. O domínio Puri estendia-se para o norte a partir do rio Paraíba do Sul. Na virada do século XIX, se não antes, muitos Puri também habitavam terras ao sul do rio. O território dos Botocudo sobrepunha-se a algumas terras dos Puri

¹² Epidemias mortais foram registradas ao redor da Baía de Guanabara na década de 1550, embora seja provável que tenham começado a despovoar a área durante a primeira metade do século. Ver: (METCALF, 2006, p. 131-133). Para contatos entre indígenas das serras e indígenas costeiros e colonos, ver: (MALHEIROS, 2008).

e estendia-se muito mais ao norte, até a capitania da Bahia. Todos esses povos eram falantes de línguas pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Segundo um naturalista que conviveu com eles na década de 1810, os Coropó, Coroado e Puri se comunicavam facilmente. Eles compartilhavam traços culturais, mas lutavam contra as pressões da diminuição do território e dos recursos que exacerbavam o conflito interétnico (MÉTRAUX, 1963, p. 523-530); (FREIRE; MALHEIROS, 1997, p. 21-25); (ARAÚJO, 1820-1822, p. 288-295); (WIED-NEUWIED, 1820).¹³

Alguns Coropó e Coroado reagiam buscando proteção das autoridades de ambas as capitanias. No final da década de 1760, pouco tempo depois que os primeiros relatos sobre o contrabando do Mão de Luva começaram a provocar ansiedade oficial, o governador de Minas Gerais intensificou os esforços para incorporar os grupos nativos da região. Ele colocou um capitão de milícia e um padre mulato no comando do esforço. Eles conseguiram estabelecer várias aldeias onde os indígenas se assentaram, abastecidos com mercadorias compradas pelo tesouro real. O padre permaneceu ativo na cristianização dos dispersos Coroado e Coropó por mais de quarenta anos. O clérigo apelou repetidamente às autoridades durante esse período para impedir que os colonos invadissem as terras que considerava parte das aldeias nativas, mesmo que sua atuação religiosa ajudasse a abrir o território para tal assentamento (ANTT, Ordem de Cristo, Padroado do Brasil, Bispado de Mariana, maço 5); (BNRJ, SM, Arquivo Casa dos Contos, gaveta I-10-7, docs. 56, 71).¹⁴ As hostilidades dos Coroado na capitania do Rio de Janeiro parecem ter aumentado no final do século XVIII, sugerindo que alguns grupos acabaram totalmente expulsos de Minas Gerais, gerando confrontos com colonos que avançavam para as montanhas vindos da costa (ARAÚJO, 1820-1822, p. 288-295); (BURMEISTER, 1952); (LANGFUR, 2006, p. 23-24, 205-212).

A expedição de Coimbra, em 1786, começou em meio a relatos de que os indígenas que ele possivelmente encontraria poderiam ser hostis, mesmo possuindo um conhecimento especial da riqueza mineral da região. A crença de que os ameríndios controlavam e escondiam tesouros não descobertos surgiu com a descoberta do Novo Mundo, como uma presunção europeia. A história do boom da mineração no Brasil alimentou esse instinto quando, depois de mais de um século

¹³ Sobre divergências acadêmicas acerca de semelhanças linguísticas entre grupos classificados como falantes de Jê, ver: (McQUOWN, 1955, p. 560); (LANGFUR, 2006, p. 23-24); (PAIVA, 2010). Sobre as semelhanças e distinções linguísticas dos Coropó, Coroado, e Puri, ver: (MALHEIROS, 2008, p. 102). Assim como Malheiros (2008), considero os nomes atribuídos a essas “nações” indígenas nas fontes históricas como produtos desse contato e compressão territorial. Impostos por forasteiros, sejam colonizadores ou inimigos indígenas, tais etnônimos não devem ser entendidos como refletindo identidades étnicas primordiais fixas. Por exemplo, Coroado, que remete à ideia de coroação em português, refere-se à maneira distinta como esses indígenas cortavam o cabelo.

¹⁴ Para manuscrito original, ver: Arquivo Público Mineiro (APM), SC, cód. 220, fols. 44v-45. Ver também: (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 276-277); (CASTRO, 1987, p. 11-15); (VASCONCELOS, 1974, p. 205-210); (MERCADANTE, 1973, p. 40-42); (PAIVA, 2010).

invadindo o interior em busca de mão de obra indígena, os bandeirantes paulistas encontraram ouro e, posteriormente, diamantes em domínio nativo. À medida que o boom diminuía, o impulso de localizar novos depósitos minerais revigorava a associação entre a terra incógnita e o que os colonizadores misteriosamente chamavam de “haveres incógnitos”, riquezas enterradas, supostamente escondidas pelos indígenas (BNRJ, SM, Arquivo Casa dos Contos, gaveta I-10-7, doc. 1); (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 135).¹⁵ Para homens como Coimbra, o primeiro-ministro e o vice-rei, não foi surpresa que Mão de Luva mantivesse sua operação de contrabando em uma zona de refúgio indígena. Qualquer informação precisa sobre o local exigiria a coleta de informações desses nativos.

Histórias transmitidas por garimpeiros e alguns exemplares de ouro apresentados por um indígena familiarizado com a região animaram a primeira exploração intensiva da área, segundo o primeiro-ministro. Os exploradores obtiveram acesso à zona seguindo trilhas nativas. Acreditava-se que a fonte do ouro estaria logo ao sul do rio Paraíba do Sul, em um local onde residiam índios “bárbaros” da “nação Ozoró”. Desconhecido pelos estudiosos modernos, esse etnônimo pode indicar que esses povos desapareceram ou se fundiram com outros. Vinte anos antes, o governador de Minas Gerais estimou que cerca de 150 “nações” distintas habitavam a parte sudeste de sua capitania (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 127; doc. 135); (AHU, Minas Gerais, cx. 83, doc. 16). O número era provavelmente exagerado, mas apontava para os múltiplos pequenos grupos que caracterizavam a organização social desses povos. Isso também indica os limites do conhecimento oficial, assim como o nosso, sobre semelhanças e diferenças étnicas nativas. Parece provável que o nome tenha sido uma bastardização de Coroado, Coropó ou Croato, este último uma designação comum do século XVIII para os Coroados.

Com base nessas pistas, um garimpeiro de Cachoeiras de Macacu, um povoado no sopé das montanhas, solicitou permissão oficial para explorar a área em 1763. Ele havia falado com vários “indígenas indômitos” pertencentes às “nações bárbaras” que habitavam as serras, indivíduos que, periodicamente, visitavam a planície costeira. Um “capitão” indígena foi particularmente útil, ele usava o nome de batismo Joaquim. O informante “sabia paragens onde havia muito ouro” e por duas vezes apresentou amostras. Antes do fim do ano, seu pedido foi atendido, o garimpeiro explorou a área e voltou bem recompensado. Depois de pagar o quinto

¹⁵ Para referências acerca dos “haveres dos indígenas ou haveres incógnitos”, ver: Ordens sobre arrecadação e despesas, 1768 [-1771], 6 de agosto de 1768; Miguel Antunes Ferreira para o vice-rei, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1779. Ver também: (LANGFUR, 2002, p. 239-240).

da Coroa, um imposto de 20%, ele saiu com quase doze onças de ouro (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 129).¹⁶ Esta soma era mais do que suficiente para comprar um escravo saudável.¹⁷ O ouro vinha de algum lugar perto da fronteira entre as duas capitanias, uma área “ainda possuído por pagãos”, que os indígenas chamavam de Castelo, possivelmente em referência às imponentes formações rochosas da região (BPE, gaveta 4, pasta A, n. 16); (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 128.).¹⁸

As autoridades tentaram, mas não conseguiram impedir o que haviam autorizado. A decisão de permitir a exploração inicial e o garimpo partiu de um oficial inferior. Dois anos depois, a Coroa inverteu o curso, compreendendo tardiamente a facilidade com que o ouro poderia ser removido das montanhas sem detecção ou tributação. Ordenou a desocupação de todas as terras já reivindicadas pelos garimpeiros e a demolição de suas propriedades. Nem representantes do estado poderiam entrar na região e nem mesmo a memória da descoberta deveria ser preservada em documentos oficiais. Mas os colonizadores não esqueceram facilmente. A decisão de transformar a área em uma terra de ninguém rapidamente saiu pela culatra. Garimpeiros, agora em número bem maior, muitos deles armados e cruzando a fronteira de Minas Gerais, aproveitaram a ausência de autoridade estatal para retornar. Eles escolheram uma aldeia indígena como o local mais adequado para seu acampamento de mineração, de onde “extraíam copiosíssimo cabedal”. Os indígenas se retiraram “por medo” (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 135; doc. 127).

¹⁶ O ganho acumulado do garimpeiro após o pagamento do quinto imposto, mas antes da dedução das despesas, era de um marco, três onças, seis oitavas, 28 e 4/5 grãos, ou pouco menos de doze onças. Um marco equivalia a oito onças; uma onça equivalia a oito oitavas; e uma oitava equivalia a setenta e dois grãos. A soma de cinco quantidades separadas de ouro entregues às autoridades revela um erro de contabilidade na fonte. O documento afirma que os indígenas e Portugal renderam originalmente quatro onças, mas o escriba provavelmente quis dizer quatro oitavas, o que daria o total ao valor correto. Para peso do ouro, ver: (BLUTEAU, 1720, p. 75).

¹⁷ Entre 1751 e 1803 a Coroa fixou o valor de uma onça de ouro em 9\$600 (notação monetária em mil réis) em Minas Gerais. Assim, doze onças equivaliam a 114\$400. Ver: (COELHO, 1903, p. 578); (MAXWELL, 1973, p. 245). Em 1770, em meio a uma economia mineira de contração, o valor de um escravo entre quinze e quarenta anos em Minas Gerais era em média de aproximadamente 100\$000, com os homens custando cerca de 15% a mais que as mulheres. No litoral baiano, para o qual também existem dados confiáveis, um escravo masculino saudável adquirido para o trabalho de campo na década de 1780 também custava cerca de 100\$000. Os preços na zona rural do Rio de Janeiro eram aparentemente mais baixos. Lá, um escravo adulto nascido na África custava, em média, 73\$000 em 1790, 87\$000 em 1800 e 95\$000 em 1810, enquanto os nascidos no Brasil custavam menos em 1790 (60\$000), porém, custavam mais em 1800 e 1810 (101\$000 e 105\$000). Ver: (BERGAD, 1999, p. 163-176); (BERGAD, 1996, p. 67-97); (BARICKMAN, 1998, p. 139); (FLORENTINO, 1997, p. 300).

¹⁸ Um mapa colorido da descoberta desenhado nessa época revela como as autoridades estavam incertas sobre a geografia da região. Eles não tinham noção nem mesmo do tamanho da área que tentavam controlar. Ver: Mapa das Minas Novas do Castelo dos Campos dos Goytacazes, [segunda metade do século XVIII], Biblioteca Pública de Évora (BPE), Portugal. Para uma descrição geográfica ligando as minas de Cantagalo, onde Mão de Luva era ativo, e as minas do Castelo como dois polos de uma vasta região sujeita ao garimpo ilegal, ver: Miguel Antunes Ferreira para o vice-rei, Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1779. Para a locação do Castelo de minas em Espírito Santo, ver: O superintendente de minas para o secretário ultramarino, Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1781.

Eles continuaram, no entanto, a moldar a resposta do Estado nas duas décadas seguintes, à medida que rumores de atividades de contrabando persistiam. Os oficiais dependiam dos indígenas para coleta de informações, mas também suspeitavam que eles participavam da extração, trânsito e troca ilegal de ouro. As autoridades presumiam que “gentio bárbaro” estaria negociando ouro com colonos em Cachoeiras de Macacu. Somando-se a essas preocupações, havia casos repetidos de soldados abandonando seus postos, supostamente, para tentar a sorte como garimpeiros. Incomodado com esses relatos, o vice-rei despachou o oficial de campo Miguel Antunes Ferreira para liderar um pequeno grupo nas montanhas, a fim de inspecionar a área. Escalando a cachoeira, Ferreira encontrou dois indígenas e duas mulheres amamentando seus bebês. Ele convenceu os homens a guiá-lo até as montanhas. Seguindo uma “picada antiga do mesmo gentio”, único caminho por uma área cercada por uma “impenetrável serra” e “tão horrorosas cachoeiras”, o grupo avançou por duas semanas até se aproximar do Rio Grande, afluente sul do Paraíba do Sul. Além do rio, relatou Ferreira, repetindo o que os indígenas lhe contaram, havia montanhas carregadas com “riquezas”, nunca exploradas ou espoliadas por conta da presença das “mais bárbaras e guerreiras nações que ocupam todo aquele sertão” (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 135).

Durante os últimos dias de sua expedição, Ferreira coletou informações ainda mais intrigantes. Vulnerável ao ataque dos Puri, sem encontrar sinais de contrabandistas, lutando com soldados doentes em seu grupo e sem ordens específicas para prosseguir, o oficial nunca cruzou o Rio Grande. Mas, explorou um pouco o rio abaixo e encontrou um “copioso número de gentio bárbaro da nação Orosó”, incluindo cinco lideranças indígenas. Eles pareciam “soberbos e formidáveis”, mas Ferreira os julgou “flexíveis e domáveis”. Ele convenceu os chefes indígenas e muitos de seus seguidores a segui-lo até o Rio de Janeiro, a fim de encontrarem-se com o vice-rei. A descrição feita pelos indígenas sobre a região alimentava as fantasias dos portugueses, pois Ferreira foi chamado para repetir sua história a três vice-reis sucessivos (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 135).¹⁹

Desde o início de seu mandato, em 1778, o vice-rei Vasconcelos fez um esforço determinado para coletar essas informações, ordenando ao seu superintendente de minas que conduzisse uma ampla investigação, questionando oficiais e informantes nos distritos periféricos.

¹⁹ Como pode-se perceber com esse relatório, Ferreira relatou as suas descobertas não só ao vice-rei Cunha, que ordenou a missão, mas também ao marquês de Lavradio, em algum tempo entre 1769 e 1778, e depois ao vice-rei Vasconcelos, em 1779. Não está compreensível se ele também compartilhou a informação com o vice-rei Antônio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja (1767-1769).

Os resultados apenas aprofundaram as preocupações sobre a extensão do contrabando ilegal de ouro que acontecia, bem como as suspeitas de que os indígenas participavam como intermediários. O vice-rei recebeu a narrativa de Ferreira por escrito em 1779. No mesmo ano, as autoridades locais informaram que os garimpeiros ainda se dirigiam para as montanhas, primeiro para fazer contato com os indígenas e, depois, para chegar à área de garimpo ilegal. Uma tentativa de impedir o contrabando, colocando um posto de guarda bem acima do último assentamento colonial no baixo rio Paraíba do Sul, foi frustrada quando o que um sargento-mor descreveu como um grupo de guerra de “gentio bravo”, tocando uma buzina e armados com arcos e flechas, desceu o rio em sete canoas, afugentando os soldados. O oficial se desesperou com a possibilidade de combater tais inimigos, cujo hábito era de retirarem-se para a floresta quando atacados (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 132; doc. 137).²⁰

O oficial também extraiu a confissão de um indígena capturado liderando garimpeiros nas montanhas. O homem disse que sua aldeia era a porta de entrada para uma rota que a ligava, por trilha e canoa, a uma série de aldeias nativas mais distantes. Outras trilhas a ligavam às aldeias indígenas costeiras da capitania, antigas missões jesuíticas. Ele admitiu ter guiado quatro garimpeiros – três lenhadores e um marinheiro – até a área de garimpo ilegal. Servindo como tradutor pago, ele ajudou os garimpeiros a passarem ilesos pelas aldeias nativas rio acima. O indígena se lembrava de ter se aproximado das minas clandestinas ao longo da fronteira da capitania ao cair da noite. O grupo foi recebido por “um homem alto” de mão enluvada, o próprio Mão de Luva, empunhando uma pistola e um facão. O guia indígena estimava que cerca de vinte homens, brancos e negros, muitos deles armados, trabalhavam no garimpo (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 137).

Uma importante e conclusiva fonte completou o acúmulo de décadas de conhecimento sobre o sertão, que motivou e orientou a mobilização militar do tenente-coronel Coimbra. Depoimento secreto, essa informação foi extraída de um sertanista chamado José Gomes, mantido prisioneiro no convento carmelita do Rio de Janeiro antes de ser transferido para Lisboa para novos interrogatórios. Denunciado a clérigos empregados a serviço do Santo Ofício da Inquisição, Gomes foi acusado de crime não especificado. Embora as fontes não o identifiquem como indígena, muitas evidências circunstanciais sugerem que ele fosse. Suas atividades eram

²⁰ O superintendente de minas do Rio, Manoel Pinto da Cunha e Souza, resumiu essa e outra informação recolhidas nos distritos periféricos num relatório ao vice-rei. Ver: Superintendente de minas para o vice-rei, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1779. Ver também: (OLIVEIRA, 2008, p. 117–123).

compatíveis com as de um indivíduo posteriormente identificado por Coimbra como um lenhador nativo de uma aldeia costeira que se deslocava para a região fronteira com outros garimpeiros. O conhecimento de Gomes sobre trilhas, sua capacidade de passar por aldeias indígenas e sua familiaridade com o garimpo ilegal, entre outros detalhes corroborantes, permitem concluir que se tratava de um guia sertanejo, o mesmo José Gomes que foi implicado posteriormente em depoimentos colhidos por Coimbra. Sendo um indígena ou não, Gomes obteve muito do conhecimento da região a partir de interações com os habitantes nativos. Seu depoimento foi considerado tão delicado que o próprio superintendente de mineração o copiou, ao invés de usar um escrivão, ao se reportar a Lisboa (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 47; doc. 127, parágrafo 14; doc. 141; doc. 142).²¹

Gomes forneceu as descrições mais detalhadas das trilhas que levavam à operação de mineração ilegal a partir da costa. Exibiu um conhecimento inigualável da topografia selvagem. Seus relatos deixam claro que um ambiente culturalmente construído e historicamente produzido como sinistro e inóspito pelos portugueses poderia ser dominado por aqueles com proficiências nativas. Ele parecia conhecer cada curva da trilha, cada subida e descida, cada acampamento nativo, local protegido para dormir, cume falso, passagem, pântano e travessia de rio. Conhecia os nomes das referências geográficas mais obscuras, tiradas tanto de fontes indígenas quanto dos colonos: “Morro Queimado”, “Riacho Santa Teresa”, “Fazenda Jequitibá”. Podia identificar rochas, caveiras, troncos de árvores esculpidos com cruces e outros sinais colocados por indígenas e contrabandistas para se orientarem enquanto viajavam (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 141).

A familiaridade de Gomes com as riquezas minerais da região e a atividade de mineração não supervisionada não era menos impressionante. Ele relatava as quantidades de pó e grãos de ouro, do tamanho dos “grãos de chumbo miúdo” de espingarda, extraídos de um dia normal de trabalho garimpando em vários riachos. Descrevia a quantidade, cor e forma das pedras preciosas encontradas na área. Segundo o padre que o interrogava, Gomes contou que, em uma tarde, os

²¹ O prisioneiro José Gomes foi interrogado por dois representantes do Santo Ofício: Vicente Ferreira de Noronha, vigário da paróquia litorânea de Maricá, local de uma antiga missão jesuítica onde muitos indígenas continuaram a viver; e o padre carmelita Bernardo de Vasconcelos. Como comissários do Santo Ofício, ambos estavam entre um pequeno número de clérigos servindo como as mais altas autoridades residentes da Inquisição no Brasil. Ver: Vicente Ferreira de Noronha para o vice-rei, antes de julho de 1781; Bernardo de Vasconcelos para o vice-rei, n.p., antes de julho de 1781. Embora uma data não tenha sido anotada nessas fontes, o superintendente de mineração e primeiro-ministro especificou que o testemunho de Gomes foi coletado algum tempo depois de 1779, mas antes de julho de 1781, consistente com a evidência de que ele era o guia indígena com o mesmo nome. Ver: O superintendente de minas para o secretário ultramarino, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1781; o secretário ultramarino para o vice-rei, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 8 de janeiro de 1785. Para o testemunho dos colonizadores, ver: Coimbra para o [vice-rei], Registo da Fazenda do Cônego, 14 de julho de 1786. Sobre os oficiais da Inquisição colonial, ver: (WADSWORTH, 2004, p. 32-34).

garimpeiros retiraram “uma libra de pedras preciosas”. Um garimpeiro “pardo” que “anda vinte tantos anos neste sertão” certa vez “tirou um diamante de trinta e três oitavas”, algo equivalente a 117 g ou 585 quilates brutos (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 141).²² O acusado identificou os locais precisos de várias lavagens minerais, entre elas as do Mão de Luva. Embora apenas onze garimpeiros estivessem trabalhando no local na última visita de Gomes, muitos mais haviam fugido quando surgiram rumores sobre uma repressão oficial que se aproximava. Ele admitiu ter trabalhado diretamente com Mão de Luva por um ano inteiro, indo e vindo das lavagens minerais inúmeras vezes (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 141; doc. 142).

As suspeitas adquiridas e intensificadas acerca dos indígenas da área, entrelaçadas às histórias de ouro, prata, diamantes e outras pedras preciosas inexploradas, compunham esses relatos que foram os principais documentos que cruzaram o Atlântico quando a Coroa decidiu enviar a expedição de Coimbra. Reforçado com detalhes colhidos por patrulhas militares e outras fontes, a informação convenceu as autoridades do Rio de Janeiro de que suas tentativas de estabelecer um “bloqueio” em torno da vasta região montanhosa acessada por trilhas de várias direções não resultou em nada (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 137; doc. 140). Em Lisboa, o primeiro-ministro Melo e Castro concordou, e nas ordens que deu ao vice-rei para preparar a expedição de Coimbra, fez reiteradas referências às informações obtidas dos indígenas. Melo e Castro citou extensivamente o depoimento de Gomes, reconhecendo que a região havia sido completamente “penetrada e invadida por diferentes partes”. A afirmação de Gomes de que os contrabandistas mantinham sua base em Minas Gerais trazia “toda a verossimilidade”, concluiu o primeiro-ministro (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 127, par. 10 e 13). Foi esta informação que o convenceu, contrariando o conselho do vice-rei (ANASTASIA, 2005, p. 102), a permitir que militares mineiros assumissem a liderança na fase da operação que previa um ataque surpresa ao bando de Mão de Luva, atribuindo às forças do Rio de Janeiro um papel de apoio até que fossem chamados para proteger o local (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 127, parágrafo 6 e 17).

A importância do conhecimento do sertão fica ainda mais evidente quando lembramos que toda a operação tinha como premissa não apenas a captura de Mão de Luva, mas o estabelecimento de uma hegemonia estatal efetiva em toda a região. Os relatos dos e sobre os indígenas detalhavam as riquezas da área e como localizá-las no terreno inóspito das serras

²² O tamanho de um diamante não lapidado nunca é uma garantia do tamanho ou qualidade da gema lapidada resultante. Para efeitos de comparação, o famoso De Beers Centenary Diamond, descoberto na África do Sul, pesava 599 quilates (120 g) bruto, 274 quilates (55 g) quando cortado, tornando-o maior diamante incolor e sem falhas do mundo.

litorâneas. A avaliação do potencial ganho inesperado também foi inflada por aqueles que confiaram nos indígenas ou coagiram seus testemunhos, e por funcionários que levaram essa informação a sério. Se as altas autoridades da colônia e da metrópole tivessem sido menos crédulas, menos sujeitas à convicção colonial de que indígenas e riquezas desconhecidas andavam de mãos dadas, as ordens de Coimbra provavelmente teriam sido muito mais limitadas e realizáveis. A expedição cara que ele liderou nunca atingiu seu objetivo. Suas origens e resultados baseavam-se em sonhos fundados em rumores. Ambos podiam ser atribuídos aos indígenas cujos propósitos os oficiais consideravam óbvios, no entanto, pouco podiam compreender.

Desencantamento

Os encontros de Coimbra com os nativos não corresponderam às expectativas suscitadas pelas extravagantes alegações que lhes eram atribuídas. Independentemente do que os indígenas tivessem de fato dito ou visto, ele se tornou o destinatário relutante de ordens de autoridades em Lisboa e no Rio de Janeiro, que estavam convencidos de que os Osoró (se tal grupo existiu) ou os Coroado ou Coropó (se não) o levaria a novas e ricas jazidas minerais nas proximidades das lavagens de ouro de Mão de Luva. Ele também se tornou alvo de outros, que preferiram enfatizar a natureza pouco confiável e até subversiva dos habitantes indígenas da colônia. Coimbra permaneceu por algum tempo cauteloso demais para relatar por escrito sua opinião sobre as informações coletadas dos indígenas por outros ao longo dos anos. Bem antes de atingir seu objetivo, porém, ele se convenceu de que a região minada pelos acusados de contrabando não cumpriria tais promessas. Na medida em que os superiores que detinham poder sobre seu futuro preferiam abraçar sonhos exagerados, isso o colocava em uma posição extremamente difícil.

Como outros antes dele, Coimbra buscou todas as informações que pôde de informantes nativos. Com cerca de dois meses de missão, o comandante conduziu uma investigação detalhada de vários indivíduos conhecidos por terem colaborado com os indígenas. Interrogou um colono de Cachoeira de Macacu, Joaquim da Silva, que afirmou que o guia indígena José Gomes o havia “induzido” e seis de seus companheiros, um ano antes, a viajarem juntos para a região da fronteira. Este era o indivíduo cujas atividades parecem coincidir com as do José Gomes, preso pela Inquisição. Gomes revelou-lhes uma rede de trilhas que ligava as lavagens clandestinas de minério à costa, contornando patrulhas e postos de controle ao longo do Caminho Novo, uma das duas únicas rotas oficialmente sancionadas que atravessavam as montanhas costeiras (a segunda,

o Caminho Velho, ficava bem a oeste). O grupo nunca localizou as riquezas que foram a eles prometidas. Por fim, relatou Silva, eles se convenceram da fraude do indígena. Os outros abandonaram a busca e voltaram para Cachoeiras de Macacu. Silva continuou sozinho (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 46; doc. 47).²³ Ele encontrou nada menos que seis locais de mineração separados, cinco deles em operação. Mão de Luva e seus parentes administravam as duas maiores minas aluviais e estavam desenvolvendo uma terceira. Os sítios empregavam cerca de trinta trabalhadores, a maioria armados, incluindo brancos, homens livres de cor e algumas dezenas de escravos (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 47).

Silva disse que trabalhou nas minas de ouro por apenas um mês, enquanto se recuperava de um ferimento à bala sofrido em uma disputa. Na ocasião, Mão de Luva estava ausente, em Minas Gerais, teria sido convocado à Vila Rica pelo governador. Levantando a possibilidade de conluio oficial, ele disse que militares mineiros visitavam periodicamente a operação ilegal a fim de transportar ouro para militares de alta patente em Vila Rica. Os contrabandistas negociavam com soldados postados ao longo do Caminho Novo para fornecimento e transporte. O garimpeiro também relatou comunicações entre membros do clã de Mão de Luva e as aldeias indígenas ao longo da trilha que descia para o litoral. Outros homens interrogados por Coimbra contaram histórias semelhantes (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 47).

No final do seu inquérito, Coimbra resumiu os procedimentos para o vice-rei e aconselhou a contenção. Além dos rumores espalhados pelos indígenas, ou por aqueles que afirmavam ter se comunicado com eles, havia poucas evidências para sustentar a convicção de que grandes riquezas minerais restavam ali ou que já tivessem sido extraídas da região. Nenhum dos visitantes da área relataram nada sobre os duzentos garimpeiros, cada um com três ou mais escravos, que funcionários importantes em Lisboa e no Rio de Janeiro acreditavam estar trabalhando lá.

A maioria viajava para o local porque era pobre e facilmente atraída para qualquer esquema que pudesse aliviar sua miséria. Alguns eram coagidos. Eles voltavam exaustos, explorados, às vezes feridos e sem o pagamento prometido. Coimbra concluiu que, se o vice-rei quisesse processar todos os que tivessem visitado a operação ilegal, seria preciso “castigar quase todo o distrito” (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 46; doc. 135).

²³ Para a advertência do vice-rei, ver: Coimbra para o vice-rei, Registo da Fazenda do Cônego, 19 de julho de 1768 [sic, 1786]. Para o inquérito, incluindo frases citadas, ver Coimbra para o [vice-rei], Registo da Fazenda do Cônego, 14 de julho de 1786. Coimbra interrogou oito indivíduos no total.

Nas Minas



Figura 2: DEBRET, Jean-Baptiste. *Aldeia de caboclos a Canta-Gallo*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834 (Litografia)²⁴
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Universidade de São Paulo
Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3660>

Somente depois que o tenente-coronel finalmente chegou às escavações, no início de agosto de 1786, que ele teve a chance de ponderar tudo o que os indígenas disseram e o que foi dito sobre eles e seu real comportamento. Como muitos colonizadores, seus superiores consideravam que os indígenas possuíam um acesso sobrenatural a depósitos ocultos de ouro e diamantes. O primeiro-ministro acentuou essa suposição citando declarações sobre minerais preciosos facilmente obtidos, ignorando as evidências contrárias. Considerando as dúvidas que surgiram durante o seu avanço árduo, Coimbra provavelmente não esperava muito quando chegou ao local. Uma conclusão frustrada da missão, com muitos meses de atraso, pareceu inevitável. As tropas de Minas Gerais há muito iam e vinham, queimando muitas estruturas até as cinzas. Após a invasão, o local ficou conhecido pelo nome atual, Cantagalo (Figura 2). A tradição local dizia que o canto de um galo traiu a localização de Mão de Luva e seus co-conspiradores (MAWE, 1812, p. 120-121). Ou seja, antes que a expedição do litoral chegasse ao seu destino, os contrabandistas já haviam partido, alguns presos, outros aparentemente informados sobre a operação militar a tempo de escapar. Foi neste contexto que Coimbra fez os primeiros contatos com os indígenas da região. Essas interações deram o tom para sua avaliação final e sombria do resultado de seus esforços.

Os indígenas logo evidenciaram sua presença. Coimbra recebeu-os com amizade. Pelo menos um falava português, o que permitiu ao tenente-coronel solicitar um encontro com seu

²⁴ *Aldeia de caboclos em Cantagalo* foi pintada por Jean Baptiste Debret mais de três décadas depois que os soldados chegaram para proteger Cantagalo, até então, um refúgio para contrabandistas. A imagem atesta a persistência do povo nativo na área, ainda caçando e coletando, apesar dos esforços dos oficiais em transformá-los em uma força de trabalho sedentária, apoiando a mineração comercial e agricultura. O visitante que se aproxima, conduzido por um guia nativo, oferece álcool aos indígenas.

“capitão”, que logo apareceu com um grupo maior. Coimbra contou trinta homens, mulheres e crianças de várias idades.

Ele lhes deu roupas, comida e quinquilharias e promoveu “outras semelhantes galanterias de que ficaram muito satisfeitos”. Passaram a noite num acampamento que as tropas começaram a construir, partiram na manhã seguinte e prometeram voltar, iniciando um período de visitas regulares. Outros membros desse grupo falavam português e haviam sido batizados, inclusive seu líder, que usava o nome de Joaquim.²⁵ A ideia de Coimbra voltou-se para o potencial de contato e troca mais permanentes. Se o vice-rei desejasse que os indígenas da região fossem “reduzidos à fé”, escreveu, seria necessário um modesto investimento material, composto por facas, outros presentes e mais roupas, “porque todos andam nus” (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 60).

Antes do decorrer de duas semanas, Coimbra relatou uma competição crescente por bens materiais, bem como outros motivos de preocupação. Os indígenas faziam visitas quase todos os dias e procuravam ansiosamente por mais presentes, incluindo facões, facas, enxadas e aguardente (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 61). A resultante escassez de ferramentas dificultou os esforços das tropas para cultivar alimentos. Entretanto, quando souberam das ações de Coimbra, incluindo a distribuição de agasalhos durante a estação mais fria, membros de outros grupos indígenas começaram a visitar o acampamento militar. Eles seguiam um indígena cristão chamado Martinho, cujo padrinho era um dos militares que participava da expedição. Martinho explicou que seu povo já havia morado nas proximidades da Cachoeiras de Macacu. Mais tarde, eles reassentaram-se na área mais remota da fronteira, mas foram forçados a abandonar sua nova aldeia como consequência do “mau tratamento e violências” sofridos quando os garimpeiros de Minas Gerais chegaram. Os indígenas tiveram que andar “vagando por este sertão sem ter domicílio certo”, sobrevivendo da caça e da coleta. A saída dos contrabandistas apresentava a possibilidade de retorno à antiga moradia, a um dia de viagem de Cantagalo. Com falta de suprimentos para suas próprias tropas, Coimbra não poderia atender ao pedido dos indígenas por roupas e implementos agrícolas. O tenente-coronel acreditava que esses indígenas mereciam a “compaixão” do Estado e seu reconhecimento pela “grande necessidade que eles têm” de alguma maneira de cultivar a terra para garantir sua própria subsistência. Coimbra apelou ao vice-rei para obter ajuda (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 62).

²⁵ As fontes não deixam compreensível se esse foi o mesmo Joaquim que, mais de vinte anos antes, atraiu garimpeiros da costa para a área quando lhes mostrou uma amostra de ouro.

O comandante qualificou seu pedido com uma observação final: em suas preferências de roupas, observou ele, os indígenas eram “muito inclinados às cores encarnado e azul claro” (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 62). Foi um comentário improvisado que capturou a delicadeza da situação. A partir do momento em que Coimbra deixou o reino dos boatos e da informação adquirida por coerção e passou a atender às necessidades dos indígenas que buscavam sua ajuda, uma nova dinâmica se instalou. À medida que os nativos avaliavam as possibilidades de adotar modos sedentários, alguns foram atraídos pelas armadilhas da sociedade colonial, alguns tornaram-se dependentes de bens manufaturados e provisões, e alguns os usaram como base para novos domínios de negociação. Se os oficiais desejavam incorporar esses povos nômades, teriam que assumir compromissos que iriam esgotar seus recursos, normas e paciência.

Para cada caso de sucesso na transformação de nativos em agricultores cristãos, o Estado criava suas próprias expectativas, obrigações e até dependências, o que o tornava suscetível – e rapidamente ressentido – às demandas dos indígenas.²⁶ Como se quisesse sublinhar as tensões que se desenvolviam, quando o vice-rei concordou com o último pedido de abastecimento e enviou ao acampamento um carregamento de panos coloridos, Coimbra considerou a resposta insuficiente. Mal reprimindo sua exasperação, ele pressionou por outros itens que achava que o Estado deveria fornecer: linhas, botões e agulhas, bem como um alfaiate para transformar o tecido em roupas (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 67; doc. 73; doc. 83; doc. 175).

Quase três meses após a chegada da expedição a Cantagalo, tempo suficiente para frustrar qualquer esperança alimentada pelo comandante de uma imediata reatribuição, as interações com os nativos cessaram inexplicavelmente. Os grupos que regularmente frequentavam o lugar já não apareciam mais, colocando Coimbra na defensiva. O tenente-coronel já se esquivava das perguntas incômodas do vice-rei sobre o tratamento que dispensava aos soldados, auxiliares e escravos, questionamentos suscitados pela deserção de alguns de suas tropas,²⁷ pela morte de vários carregadores escravos e pelo desaparecimento de outros que fugiram roubando comida

²⁶ Os indígenas continuaram suas visitas regulares a Cantagalo nos primeiros dias de novembro. Para os comentários subsequentes de Coimbra sobre os desafios de atender as suas necessidades, ver: Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 7 de outubro de 1786; Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 4 de novembro de 1786. Sobre as respostas dos indígenas orientais do Brasil ao comércio de mercadoria durante este período, ver: (LANGFUR, 2006, p. 230-239); (WHITE, 1983).

²⁷ Sobre mais deserções, ver: Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 7 de setembro de 1786; Vice-rei para Coimbra, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1786; Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 22 de setembro de 1786; Vice-rei para Coimbra, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1786; Alexandre Alves Duarte e Azevedo para Coimbra, Itaboraí, 4 de novembro de 1786.

do trem de abastecimento.²⁸ Essas preocupações foram alimentadas por soldados e oficiais insatisfeitos, bem como por proprietários de escravos obrigados a alugar ou emprestar seus trabalhadores cativos aos militares para transportar suprimentos militares para as montanhas.²⁹ Coimbra sabia que o vice-rei presumiria que os indígenas haviam se retirado porque estavam, de alguma forma, insatisfeitos com o tratamento. Com pouco para mostrar por todos os recursos do Estado e esforços despendidos em sua missão, ele não podia se dar ao luxo de outro incidente que pudesse ser interpretado como evidência de sua incompetência ou de seu comando abusivo (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 83; doc. 190; doc. 122).

Antes mesmo de denunciar o desaparecimento dos indígenas, ele buscou uma explicação. Em uma irônica inversão das visitas rotineiras dos indígenas à sua base militar no sertão, ele despachou tropas para procurar nativos na floresta por duas vezes, porém, eles não os encontraram. Os únicos vestígios de sua presença eram um campo plantado com milho, feijão, batata e banana, e uma variedade de pertences deixados para trás em um de seus acampamentos – facões, enxadas, facas, pratos, barris, redes, xales de lã, peneiras feitas de fibras vegetais, tigelas de madeira, jarros, um galo e algumas galinhas – que Coimbra inventariou e guardou para os indígenas. Seus soldados avistaram sinais, ao longo de uma trilha, de que os indígenas haviam seguido em direção ao litoral (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 83; doc. 84).

Coimbra teve dificuldades para explicar o que havia acontecido. Relatando o ocorrido ao vice-rei Vasconcelos, ele insistiu que os indígenas não tinham motivo que os obrigassem a “fugir de nossa amizade”. Ele dividiu sua mesa e generosamente distribuiu presentes e mantimentos. Segundo aqueles que há muito tempo conheciam o “caráter e costumes” dos indígenas, não havia motivo para se alarmar com sua partida. Entre os itens que deixaram para trás estavam ferramentas que eles valorizavam demais, por isso, com certeza retornariam. Eles eram conhecidos por “se regularem” de acordo com as fases da lua. Tinham a tendência de plantar alimentos em várias áreas ao mesmo tempo, vagando de um lugar para outro à medida que as colheitas amadureciam. Esta era a época do ano em que eles deixavam suas cabanas para caçar insetos que apreciavam.³⁰ Quanto mais explicações ele listava, menos convincente ele parecia. Coimbra tentou transmitir uma sensação de calma e confiança, mas acabou soando inquieto.

²⁸ Sobre mais fugas e mortes dos escravos, ver: Coimbra para Antonio Luiz Pereira, Cantagalo, 8 de setembro de 1786; Coimbra para vice-rei, Cantagalo, 18 de novembro de 1786; Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 16 de dezembro de 1786.

²⁹ Sobre requisição de escravos, ver: Vice-rei para José Joaquim da Fonseca, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1786; Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 29 de setembro de 1786.

³⁰ Segundo o padre que informou Coimbra sobre o assunto, os indígenas encontravam insetos que desejavam nos sulcos de taquara. A planta, de nome Tupi, é um gênero de bambu (Gramineae: Bambusoideae). Ver: (LUCCOCK, 1820, p. 688).

“Certifico a Vossa Excelência que sempre os tratei com o maior agrado possível”. Se o vice-rei desejasse que ele os perseguisse, ele assim o faria (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 83).

O desgosto de Coimbra com o desaparecimento dos indígenas pode ser entendido à luz das políticas oficiais paternalistas, que o tornava vulnerável diante da possibilidade de que ele os tivesse prejudicado. Sua preocupação também refletia o valor dos indígenas como informantes e trabalhadores em potencial. Os contrabandistas que haviam sido levados do local para interrogatório em Vila Rica provavelmente não forneceriam mais detalhes do que o absolutamente necessário sobre suas próprias práticas ilegais. Os sertanejos do lado da capitania do Rio de Janeiro tinham motivos semelhantes para serem reticentes, embora Coimbra tivesse conseguido arrancar-lhes algumas informações. Os indígenas tinham acesso incomparável a informações sobre as atividades clandestinas na área, mesmo que às vezes não fossem tão francos. Na medida em que mais se aprenderia sobre as operações de contrabando, não seria irracional esperar que eles servissem como principais informantes.

Supondo que as relações permanecessem amigáveis, a possibilidade de que eles pudessem trabalhar como remadores, carregadores, lenhadores e trabalhadores agrícolas para promover a causa da colonização da região aumentava ainda mais seu valor na mente de muitos oficiais. A esse respeito, o vice-rei foi menos otimista. “Essa casta de gente”, ele alertou, vive “muito pouco sujeita” à lei. Eles “desertam e largam o serviço em que são ocupados”, a menos que fossem submetidos a uma disciplina rigorosa. Ainda assim, perante a necessidade crescente de trabalhadores para concretizar os seus planos, o vice-rei aprovou a proposta de Coimbra de empregar alguns indígenas para trabalho diário. Mas teriam que ser trazidos das aldeias litorâneas para a serra, pelo menos até que os indígenas de Cantagalo mostrassem vontade de voltar (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 106; doc. 211).³¹

Coimbra e o vice-rei podiam teorizar sobre o uso da mão de obra nativa em seu projeto colonizador, mas os indígenas haviam seguido em frente. As tentativas do tenente-coronel de entender as razões pelas quais eles haviam desaparecido depois de trocas iniciais tão promissoras foram inúteis. O papel decisivo que eles desempenharam em sua expedição desde o momento em que foi concebida havia terminado. Embora permanecesse implantado em Cantagalo até abril

³¹ Remadores nativos chegaram às serras vindos da aldeia de São Barnabé, fundada pelos jesuítas no século XVI. A proximidade da aldeia com a cidade do Rio de Janeiro fez com que esses indígenas tivessem uma longa experiência servindo como trabalhadores diaristas. Ver: (ALMEIDA, 2002).

de 1787, quase um ano depois de ter ordenado pela primeira vez que suas tropas iniciassem a marcha, ele não relatou nenhum outro contato de qualquer consequência.

Deve ter sido a mais cruel das ironias, portanto, ser acusado de conspirar com os indígenas para contrabandear ouro. As suspeitas de má conduta dos indígenas tinham uma longa história. Por muitos anos, as autoridades “presumiam”, nas palavras de um oficial, que os indígenas participavam do comércio ilícito. Informações surgidas em inquéritos antes e durante a expedição de Coimbra reforçavam essa desconfiança (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 135). A distância entre o Rio de Janeiro e a base militar do comandante nas montanhas, sua longa ausência da capital, e a desconfiança e inveja presentes sempre que o tesouro e o sigilo se combinavam, geraram boatos e má interpretação, especialmente entre os ressentidos com a posição de Coimbra e que estavam ansiosos para obter acesso aos recursos da região. Não há indicação de que esses boatos tenham prejudicado o histórico de Coimbra de forma permanente. Ele continuou sua bem-sucedida carreira militar, chegando a ser promovido ao cargo de governador da capitania do Rio Grande do Sul. No entanto, no final de 1786, após passar três meses liderando a expedição às serras e outros cinco meses isolado em seu acampamento remoto, ele admitiu sofrer de “profunda melancolia” em uma rara carta pessoal a um amigo de confiança (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 122). Mais uma vez, os indígenas haviam exercido seu papel.

Desde o início, Coimbra se comportou como um oficial modelo. Provou ser leal, prudente e competente, se não, tão rápido em alcançar seu objetivo quanto o vice-rei desejava. Sem dúvida, ele antecipava as recompensas habituais para uma comissão militar bem sucedida: condecoração oficial, talvez uma promoção e honra pessoal e profissional. Porém, à medida que sua expedição avançava, ele foi ficando cada vez mais desanimado, convencido de que seus superiores na capital colonial e em Lisboa estavam achando seu desempenho medíocre, apesar de seus rigores. Na carta que escreveu a seu amigo, ele rechaçava as acusações de sua incompetência, que se espalharam pela cidade e região. Quanto às acusações de conspiração com os indígenas, mal sabia como responder.

O capelão da expedição voltou de uma visita ao Rio de Janeiro para contar que mais de uma vez foi questionado “se é certo” que o capitão Joaquim deu a Coimbra um “canudo de ouro e várias pedras preciosas”. Perdendo a compostura habitual, Coimbra desesperou-se: “me querem aniquilar”. Reconhecendo os sentimentos de isolamento e pessimismo, ele escreveu que

nunca esteve em um “posto mais violento que aqui e trocaria de boa vontade este lugar pelo mais arriscado em que esperasse o inimigo” (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 17, doc. 122). Quase quatro meses depois, quando o vice-rei concedeu sem cerimônia a Coimbra permissão para se “retirar”, ele deixou sua guarnição tão rapidamente que não houve tempo para escrever um comunicado final (CDRNMM, BNRJ, SM, cód. 9, 3, 18, doc. 198).

Coimbra resumiu sua missão com um lamento pessoal, mas sua experiência refletia questões muito maiores. Apesar de todos os esforços oficiais e recursos estatais investidos na área, ainda levaria décadas para trazer o tipo de desenvolvimento comercial e consolidação administrativa para as serras que o primeiro-ministro, o vice-rei e o tenente-coronel pretendiam alcançar com suas ambiciosas mobilizações militares. Quando o viajante britânico John Mawe visitou Cantagalo em 1809, ele descreveu um assentamento frágil, onde “atualmente se encontra tão pouco ouro” que a receita arrecadada com sua produção “mal paga os oficiais e soldados designados para recebê-lo”. A aldeia era “muito mal provida de gado”; enviava principalmente alimentos em vez de mercadorias de exportação mais lucrativas para a capital; e seus arredores, “destituídos de habitantes”, permanecia uma província de “aborígenes meio civilizados (...), mas a um passo dos antropófagos”.

A recusa desses indígenas de trabalharem para os colonos explicava, na visão de Mawe (1812, p. 122-125), “o estado precário da agricultura no distrito”. Uma transformação mais profunda ocorreria somente depois do crescimento da economia escravocrata exportadora de café, que ascendeu o Vale do Paraíba do Sul para enriquecer proprietários de terras nas décadas seguintes.

No final do século XVIII, mais de duzentos anos depois que a colonização europeia se estabeleceu, pela primeira vez ao longo da costa não tão distante, os habitantes nativos da fronteira interna que separava a crescente capital da colônia de seu principal distrito de mineração no interior, mantiveram considerável influência sobre a capacidade da Coroa de impor seu domínio soberano. Os indígenas determinaram, em grande parte, o que poderia ser conhecido, o que permaneceria um mistério, o que poderia ser realizado e o que estava além do alcance nesta estratégica extensão montanhosa. Cautelosos fornecedores de conhecimento do sertão, eles poderiam influenciar o sucesso ou o fracasso da exploração estatal, aplicação da lei, tributação e esforços de colonização. O destino da expedição de Coimbra, empreendimento orquestrado nos mais altos escalões da administração imperial, sugere a necessidade de redobrar os esforços de

pesquisa para investigar diligências semelhantes, tanto militares quanto civis, empreendidos durante esse período para consolidar o controle sobre as muitas fronteiras internas da colônia. As interações com indígenas autônomos e semiautônomos nessas áreas expuseram tanto as aspirações quanto as limitações do controle territorial português durante as críticas décadas finais do domínio colonial. Embora esteja fora do escopo deste texto, as frustrações que Coimbra e seus superiores enfrentaram ao tentar incorporar o domínio dos Coroados e Coropós apontam para a incapacidade do Estado de projetar poder não apenas sobre esta zona relativamente próxima ao centro administrativo da América portuguesa, mas também sobre muitas regiões fronteiriças ao longo de uma vasta colônia. Pesquisas mais aprofundadas mostrarão as implicações de tais restrições, provavelmente elevando o problema do domínio interno fragmentado da Coroa a um lugar mais central em nossa compreensão das décadas finais do domínio português. A resiliência duradoura dos Coroados, Coropós e de dezenas de outros grupos em zonas que passavam por processos semelhantes de incorporação transformaram as fronteiras internas do Brasil em campos de testes amplamente desconhecidos e, em alguns casos, em pântanos para os projetos de um Estado transatlântico centralizador e territorializador.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-rei do Estado do Brasil*. 9 vols. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1820-22.

BARICKMAN, B. J. *A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo, 1780–1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

BARICKMAN, B. J. ‘Tame Indians,’ ‘Wild Heathens,’ and Settlers in Southern Bahia in the Late Eighteenth and Early Nineteenth Centuries. *The Americas*, Cambridge, v. 51, n. 3, p. 325-368, 1995.

BERGAD, Laird W. After the Mining Boom: Demographic and Economic Aspects of Slavery in Mariana, Minas Gerais, 1750-1808. *Latin American Research Review*, Cambridge, v. 31, n. 1, p. 67-97, 1996.

BERGAD, Laird W. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720–1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1720.

- BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil Através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins, 1952.
- BUSHNELL, Amy Turner. Gates, Patterns, and Peripheries: The Field of Frontier Latin America. In: DANIELS, Christine; KENNEDY, Michael V. (ed.). *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500–1820*. New York: Routledge, 2002.
- CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os sertões de leste: achegas para a história da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- CARVALHO, Sebastião A. B. *O Tesouro de Cantagalo*. Niterói: Gráfica do Colégio Salesiano, 1951.
- COELHO, José João Teixeira. Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais – “Mappa do Rendimento que produziu o Real Quinto do Ouro na Cappitania de Minas Geraes desde o anno de 1700 a 1781 a saber”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 399-581, 1903.
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1794.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura / FAPESP, 1992.
- CURTIN, Philip D. *The World and the West: The European Challenge and the Overseas Response in the Age of Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- DIAS, Acácio Ferreira. *O Mão de Luva (Fundador de Cantagalo)*. Np: Imprensa Oficial, 1953.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Programa de Estudos dos Povos Indígenas, UERJ, 1997.
- GOMES, Mauro Leão. *Ouro, posseiros e fazendas de café: a ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Canta Gallo na província do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.
- HEMMING, John. *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians, 1500–1760*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.
- HERZOG, Tamar. *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- KARASCH, Mary. Rethinking the Conquest of Goiás, 1775–1819. *The Americas*, Cambridge, v. 61, n. 3, p. 463-492, 2005.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área central da Zona da Mata (1767–1820)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LAMEGO, Alberto. *A Terra Goitacá: à luz de documentos inéditos*. Tomo I, II, III. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913–1943.

LANGFUR, Hal. Introduction: Recovering Brazil's Indigenous Pasts. In. LANGFUR, Hal (ed.). *Native Brazil: Beyond the Cannibal and the Convert, 1500–1889*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2014.

LANGFUR, Hal (ed.). *Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500–1889*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2014.

LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750–1830*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

LANGFUR, Hal. Uncertain Refuge: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War in Late-Colonial Brazil. *Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 82, n. 2, p. 239-240, 2002.

LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil: Taken During a Residence of Ten Years in that Country, from 1808 to 1818*. London: Samuel Leigh, 1820.

MALHEIROS, Márcia. “Homens de fronteira”: índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do leste do Paraíba ou Goytacazes (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MAXWELL, Kenneth Robert. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750–1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

MAWE, John. *Travels in the Interior of Brazil, Particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1812.

McQUOWN, Norman A. The Indigenous Languages of Latin America. *American Anthropologist*, Washington, v. 57, n. 3, p. 501-570, 1955.

MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste: estudo de uma região – a Mata Mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

METCALF, Alida C. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1520–1822*. Berkeley: University of California Press, 1992.

METCALF, Alida C. *Go-Betweens and the Colonization of Brazil, 1500–1600*. Austin: University of Texas Press, 2006.

MÉTRAUX, Alfred. The Purí-Coroado Linguistic Family. In. STEWARD, Julian H. (ed.). *Handbook of South American Indians*, vol. 1. New York: Cooper Square, 1963.

MONTEIRO, John Manuel. Indigenous Histories in Colonial Brazil: Between Ethnocide and Ethnogenesis. In. RADDING, Cynthia; ROJO, Danna Levin (ed.). *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World*. New York: Oxford University Press, 2019.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- NAZZARI, Muriel. Vanishing Indians: The Social Construction of Race in Colonial São Paulo. *The Americas*, n. 57, n. 4, p. 497-524, 2001.
- NETO, Carlos de Araújo Moreira. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750–1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. ‘Mão de Luva’ e ‘Montanha’: Bandoleiros e Salteadores nos Caminhos de Minas Gerais no Século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755–1786). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.
- PAIVA, Adriano Toledo. *Os Indígenas e os processos de conquistas dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas expansionista, Minas mestiça: a resistência dos índios em Minas Gerais do século do ouro. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. 9, p. 79-103, 2008.
- ROLLER, Heather Flynn. *Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- ROLLER, Heather Flynn. River Guides, Geographical Informants, and Colonial Field Agents in the Portuguese Amazon. *Colonial Latin American Review*, London, v. 21, n. 1, p. 101-126, 2012.
- SAFIER, Neil. *Measuring the New World: Enlightenment Science and South America*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart B. (eds.). *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas: South America – Vol III, Part 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- SCHWARTZ, Stuart B.; LANGFUR, Hal. Tapanhuns, Negros da Terra, and Curibocas: Common Cause and Confrontation Between Blacks and Indians in Colonial Brazil. In: RESTALL, Matthew (ed.). *Black and Red: African-Indigenous Relations in Colonial Latin America*. Albuquerque: University New Mexico, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B.; SALOMON, Frank. New Peoples and New Kinds of People: Adaptation, Readjustment, and Ethnogenesis in South American Indigenous Societies (Colonial Era). In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart B. (eds.). *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas: South America – Vol III, Part 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SOMMER, Barbara A. Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758–1798. Tese (Doutorado em História), Department of History, University of New Mexico, Albuquerque, 2000.
- SOUSA, José Antônio Soares Sousa. As Minas do Sertão de Macacu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 326, p. 21-86, 1980.
- VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VASCONCELOS, Diogo [Luís de Almeida Pereira]. *História Média de Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

WADSWORTH, James E. In the Name of the Inquisition: The Portuguese Inquisition and Delegated Authority in Colonial Pernambuco, Brazil. *The Americas*, v. 61, n. 1, p. 19-54, 2004.

WEBER, David J. *Bárbaros: Spaniards and Their Savages in the Age of Enlightenment*. New Haven: Yale University Press, 2005.

WHITE, Richard. *The Roots of Dependency: Subsistence, Environment, and Social Change among the Choctaws, Pawnees, and Navajos*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1983.

WIED-NEUWIED, Prince Maximilian. *Travels in Brazil in the Years 1815, 1816, 1817*. London: Henry Colburn, 1820.

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal (AHU)

AHU, Minas Gerais, cx. 83, doc. 16 - Governador para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Rica, 1 de março de 1764.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil (ANRJ)

Fundo Negócios de Portugal

- Cód. 68, vol. 4, fols. 187-225v - Correspondência do vice-reinado para a corte.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal (ANTT)

- ANTT, Ordem de Cristo, Padroado Brasil, Bispado de Mariana, maço 5 - Petição do Padre Manoel de Jesus Maria ao Rei, [Mariana ?, ca. novembro de 1768].

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil (BNRJ)

Seção Manuscritos (BNRJ, SM, Arquivo da Casa dos Contos):

- Gaveta I-10-7, doc. 1 - Ordens sobre arrecadação e despesas, 1768[-1771], 6 de agosto de 1768.

Correspondências e documentos relativos às Novas Minas de Macacu, do Rio de Janeiro, do qual era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Sousa, 1786-[17]90, Seção Manuscritos (CDRNMM, BNRJ, SM):

- Cód. 9, 3, 17, doc. 46 - Coimbra para o vice-rei, Registo da Fazenda do Cônego, 19 de julho de 1768 [sic, 1786];

- Cód. 9, 3, 17, doc. 47 - Coimbra para o [vice-rei], Registo da Fazenda do Cônego, 14 de julho de 1786;

- Cód. 9, 3, 17, doc. 60 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 10 agosto de 1786;

- Cód. 9, 3, 17, doc. 61 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 19 de agosto de 1786;

- Cód. 9, 3, 17, doc. 62 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 25 de agosto de 1786;

- Cód. 9, 3, 17, doc. 64 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 7 de setembro de 1786;

- Cód. 9, 3, 17, doc. 67 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 22 de setembro de 1786;

- Cód. 9, 3, 17, doc. 70 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 29 de setembro de 1786;

- Cód. 9, 3, 17, doc. 73 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 7 de outubro de 1786;

- Cód. 9, 3, 17, doc. 83 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 4 de novembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 84 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 4 de novembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 84 - Coimbra, Relação dos trastes pertencentes aos Índios, Cantagalo, 4 de novembro 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 86 - Coimbra para vice-rei, Cantagalo, 18 de novembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 87 - Alexandre Alves Duarte e Azevedo para Coimbra, Itaboraí, 4 de novembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 99 - Coimbra para Antonio Luiz Pereira, Cantagalo, 8 de setembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 106 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 11 de dezembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 121 - Coimbra para o vice-rei, Cantagalo, 16 de dezembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 122 - Coimbra para Camilo Maria Tonnelot, Cantagalo, 28 de dezembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 127 - O secretário ultramarino para o vice-rei, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 8 de janeiro de 1785;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 128 - O superintendente de minas para o secretário ultramarino, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1781;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 129 - Petição de Maurício José Portugal para governadores interinos, com documentos anexados, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1763;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 132 - Câmara municipal para o vice-rei, Santo Antônio de Sá, 26 de abril de 1779;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 135 - Bartolomeu José Vahia para o vice-rei, n.p., 6 de agosto de 1779;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 135 - Miguel Antunes Ferreira para o vice-rei, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1779;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 137 - Manoel Pereira da Silva para o vice-rei, São Salvador [dos Campos dos Goytacazes] com confissão anexada, 28 de novembro de 1779;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 137 - Superintendente de Minas para o vice-rei, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1779;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 140 - Alexandre Alves Duarte e Azevedo para o vice-rei, Santo Antônio de Sá, 7 de junho de 1780;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 141 - Vicente Ferreira de Noronha para o vice-rei, antes de julho de 1781;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 142 - Bernardo de Vasconcelos para o vice-rei, n.p., antes de julho de 1781;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 174 - Vice-rei para José Joaquim da Fonseca, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 175 - Vice-rei para Coimbra, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 178 - Vice-rei para Coimbra, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 182 - Vice-rei para Coimbra, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1786;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 190 - Vice-rei para Coimbra, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1786;
- Cód. 9, 3, 18, doc. 198 - Vice-rei para Coimbra, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1787;
- Cód. 9, 3, 17, doc. 211 - Vice-rei para Coimbra, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1786.

Biblioteca Pública de Évora, Évora, Portugal (BPE)

- Gaveta 4, pasta A, n. 16 - Mapa das Minas Novas do Castelo dos Campos dos Goytacazes, [segunda metade do século XVIII].